

Sumário

Número de notícias: 15 | Número de veículos: 12

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Câmara aprova projeto do devedor contumaz..... 3

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita identifica R\$ 19,1 bilhões em créditos tributários usados indevidamente em2024
..... 4

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Correios precisam de ajuste de até R\$ 8 bi para reequilibrar balanço..... 6

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

INSS bloqueia descontos em consignados do Master..... 7

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Estudo discute efeito da isenção do IR na inflação e na Selic..... 8

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

No Brasil, 10% do topo detêm 70% da riqueza..... 10

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Pré-sal pode trazer mais de R\$ 1 tri para União em dez anos..... 11

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Para analistas, Selic deve ser mantida hoje; dúvida é quando haverá cortes..... 13

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Alckmin: juros devem cair em breve..... 14

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

O lusco-fusco do Copom - FÁBIO ALVES..... 15

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Em dia volátil, Bolsa recua 0,13%, e dólar vai a R\$ 5,43..... 16

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Novos gastos freiam cenário de inflação mais contida em 2026..... 17

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

0 Copom eo cenário eleitoral..... 19

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
ECONOMIA

Investimento em clima saudável geraria ganho de trilhões no PIB global, diz Pnuma
..... 20



Quarta-Feira, 10 de Dezembro de 2025

PORTAL R7 - NACIONAL
SEGURIDADE SOCIAL

Grupo alvo da PF lucrou quase R\$ 2 milhões com benefícios irregulares do INSS.....22

Câmara aprova projeto do devedor contumaz

A Câmara aprovou ontem à noite, por 436 votos a 2, projeto que define punições para devedores contumazes e novas regras para a atuação no setor de combustíveis, com o objetivo de combater a lavagem de dinheiro. O projeto cria regras gerais para a identificação e o controle de devedores contumazes: contribuintes que não pagam seus débitos - ou seja, sonegam **impostos** - de forma intencional e reiterada.

O projeto tramita há oito anos no Congresso e só voltou aos holofotes após o estouro, no fim de agosto, da Operação Carbono Oculto, da Polícia Federal - que investiga um esquema bilionário de sonegação e lavagem de dinheiro no setor de combustíveis e em fintechs ligadas a facções criminosas, como o Primeiro Comando da Capital (PCC). Como o texto já tinha passado pelo Senado, vai agora a sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Pelo projeto, as empresas enquadradas como devedoras contumazes terão os CNPJs baixados. Elas serão proibidas de participar de licitações ou manter vínculos com a administração pública, não poderão entrar em recuperação judicial e, caso seja aberto processo penal contra os sócios em razão da dívida tributária, não poderão pedir o perdão pagando o valor atrasado.

O relator na Câmara, deputado Antônio Carlos Rodrigues (PL-SP), rejeitou todas as emendas apresentadas, mantendo o texto aprovado por unanimidade no Senado em setembro. "Apesar do inegável mérito das sugestões apresentadas, a nossa opção é pela manutenção do texto recebido do Senado federal, o qual equaciona com precisão os interesses do Estado, da sociedade e da iniciativa privada em torno da matéria", disse o relator. |

PARA ENTENDER

Projeto pune sonegador reiterado de **tributos**

| Quem é devedor contumaz?

Empresas que deixam de pagar **impostos** de maneira "substancial, reiterada e injustificada" aos Fiscos estaduais e à **Receita Federal** | Quem não será enquadrado?

Empresas que tenham aderido a programas de regularização ou estiverem questionando a dívida na esfera administrativa ou judicial, desde que apresentem garantias ou estejam amparadas em teses

de repercussão geral. Também ficam de fora empresas que tenham se endividado em razão de calamidades públicas ou que tenham apurado resultados negativos nos últimos anos, sem indícios de fraude | Como é o enquadramento?

O projeto cria parâmetros objetivos para a classificação: empresas com dívida tributária superior a R\$ 15 milhões (no âmbito federal) e maior do que o seu patrimônio, mantida sem qualquer tentativa de repactuação por quatro meses seguidos ou por mais de seis meses | Qual é a punição?

A Receita tem de notificar a empresa 30 dias antes do enquadramento.

As empresas devedoras contumazes terão os CNPJs baixados e os seus nomes divulgados pelo Fisco em uma lista. Elas serão proibidas de participar de licitações ou manter vínculos com a administração pública; não poderão entrar em recuperação judicial e, caso seja aberto processo penal contra os sócios em razão da dívida tributária, não poderão pedir o perdão pagando o valor atrasado | Qual é o objetivo da Receita?

Os argumentos apresentados na defesa do projeto pela Receita são punir empresários que abrem empresas apenas com o intuito de não pagar **impostos**. A maioria das empresas mapeadas pelo Fisco com esse conjunto de características dura pouco tempo (cerca de um ano), não tem patrimônio e, geralmente, é usada como instrumento para sonegar ou para cometer ilícitos, como lavar dinheiro do crime ou manter sócios ocultos. Dessa forma, o Fisco alega que a iniciativa ajudará a combater o crime organizado e, em termos mercadológicos, afastará competidores que concorram em patamares desiguais com os demais

Notícias Relacionadas:

O ESTADO DE S. PAULO
Câmara aprova projeto do devedor contumaz

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Receita identifica R\$ 19,1 bilhões em créditos tributários usados indevidamente em 2024

A **Receita Federal** identificou R\$ 15,1 bilhões em créditos presumidos de **tributos** que foram transmitidos, de janeiro a dezembro de 2024, por contribuintes com atividade econômica incompatível com os tipos de produtos que dariam direito de fazer a compensação tributária com esse tipo de crédito. O caso mais emblemático é relativo à indústria farmacêutica de importadores de medicamentos: 97% do crédito relacionado a essas atividades foi solicitado por empresas que não se enquadram nas categorias previstas pela legislação.

Os dados constam em nota técnica obtida pelo Valor via Lei de Acesso à Informação (LAI). No documento, o subsecretário de Arrecadação, Cadastros e Atendimento da Receita, Gustavo Man-rique, cita que, somente no ano passado, o Fisco rejeitou R\$ 51 bilhões de pedidos de compensação por serem indevidos, de um total de R\$ 67,2 bilhões analisados. Ou seja, dos pedidos de compensação que passaram pela auditoria, 76% foram negados.

Além de créditos que não guardam relação com a atividade econômica, há ainda os pedidos baseados em documento de arrecadação inexistente, que somaram R\$ 6,4 bilhões

Segundo o Fisco, os pedidos de compensação indevida acontecem por alguns motivos, entre eles: interpretação ampliada das bases legais que geram o crédito tributário: apresentação de créditos bilionários inexistentes; atuação de consultorias fraudulentas, voltadas à fabricação artificial de créditos. A consequência é que o governo arrecada menos, já que os créditos são um benefício usado pelas empresas para abater **impostos** e contribuições devidos.

No mês passado, o governo sancionou a Lei nº 15.265, que fecha a brecha para essa compensação indevida. IX* acordo com a legislação, não será compensado o crédito tributário presumido de PIS/Cofins fitKeiufwteoi que não guarde relação com a atividade econômica da empresa, exceto nos casos de transformação, incorporação ou fusão, em que podem ser consideradas as atividades do negócio originário. Também fica proibida a compensação de crédito decorrente de documento de arrecadação inexistente.

Essas duas medidas já estavam em vigor desde meados do ano, em razão da Medida Provisória (MP) nº 1303, que criou alternativa ao Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Contudo, como a MP não foi apreciada pelo Congresso Nacional, as regras mais rígidas para a compensação tributária foram incorporadas num projeto de lei que tratava do Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp). A Lei nº 15.265 é fruto desse projeto.

A expectativa, segundo a nota técnica, é que até o fim deste ano a arrecadação aumente em R\$ 1,1 bilhão com as regras mais rígidas para compensação, além do que já foi levantado no período em que a MP 1.303 ficou vigente. Para o próximo ano, o valor anualizado esperado é de R\$ 10 bilhões.

Ao todo, a **Receita Federal** analisou R\$ 273 bilhões em créditos presumidos transmitidos ao longo do ano de 2024 pelas empresas. Desse total, 70%, ou R\$ 19,1 bilhões, se mostraram incompatíveis com as atividades econômicas das empresas que solicitaram o direito. Ou seja, são benefícios fiscais destinados a determinados setores, mas que as empresas que pedem a compensação do crédito não exercem aquela atividade. Apenas 30% do analisado, ou R\$ 8 bilhões, guardava relação com o segmento econômico da empresa.

A maior incompatibilidade em valores absolutos foi registrada em relação a benefícios fiscais que deveriam ser usados pelo setor farmacêutico. Segundo os dados do Fisco, os pedidos de compensação

tributária indevidos relacionados a esse setor somaram quase R\$ 9 bilhões em 2024, o equivalente a 97% do total de créditos transmitidos na área no ano.

Depois, aparecem créditos relacionados à indústria de leite, em que R\$ 5,3 bilhões dos pedidos de compensação foram indevidos, o equivalente a 81% do total de créditos na área transmitidos; venda de soja e biodiesel, com R\$ 2,1 bilhões (42%); e nafta, com R\$ 13 bilhão, 97% do total.

Com as novas regras trazidas pela Lei nº 15265, o Fisco entende que delimita com maior precisão as hipóteses de "compensação não declarada", reforça o combate a fraudes, assegura uma arrecadação tributária "correta e justa" e oferece maior clareza às hipóteses de compensação aos contribuintes, reduzindo espaço para interpretações indevidas.

Para a advogada Priscila Fari-celli, sócia da área de tributário do Demarest, a **Receita Federal** está "passando um pente fino nas compensações que parecem fraudes e se repetem". Segundo ela, existem consultorias que criam um crédito fictício, que funciona especialmente em negócios que são acumuladores de créditos, como o setor farmacêutico.

"A consultoria fica um ano fazendo compensação para o cliente, pega um percentual do ganho e desaparece", diz Priscila. "Quando o cliente começa a receber a conta, nem localizar mais o profissional ele consegue", acrescenta. Mas, segundo a advogada, em geral, as fraudes podem ser percebidas pelas empresas.

Outra modalidade é a fraude com base em decisões judiciais coletivas, alvo recente da Receita, que passou a exigir mais requisitos para as compensações nesses casos. "Conforme o Fisco vai percebendo que certas condutas se dão de forma consistente e volumosa, ele mapeia e tenta resolver o problema" afirma a advogada. O primeiro passo, ainda este ano, foi exigir a habilitação dos créditos, agora o alvo são mandados de segurança coletivos.

Priscila aponta um boom nas compensações a partir do ano de 2019, reflexo do julgamento de 2018 em que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) definiu o conceito de insumo para creditamento de MS e Cofins (REsp 1.221.170). Ao mesmo tempo que aumenta o uso de créditos válidos, os fraudadores também atuam, segundo a tributarista. "É inevitável", aponta. Para ela, o sistema da Receita deveria bloquear a tentativa do contribuinte usar crédito inexistente.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20251210/>

Correios precisam de ajuste de até R\$ 8 bi para reequilibrar balanço

ALVARO GRIBEL BRASÍLIA

Para voltar a ter lucro em 2027, os Correios terão de passar por uma reestruturação que requer um ajuste entre R\$ 6 bilhões e R\$ 8 bilhões no seu orçamento anual, entre cortes de gastos e aumento de receitas. Segundo pessoas próximas à estatal, esse é um número próximo do que está sendo calculado pela diretoria da estatal, e é visto como extremamente desafiador por analistas.

No curto prazo, a companhia negocia um empréstimo de R\$ 20 bilhões com bancos, valor necessário para conseguir cobrir prejuízos até dezembro de 2026, financiar um Programa de Demissão Voluntária (PDV), fazer investimentos, rolar dívidas e regularizar pendências com fornecedores.

Procurada, a estatal não quis se pronunciar.

A partir de 2027, no entanto, a meta já é voltar a ter lucro, como disse o presidente da empresa, Emmanoel Rondon, em entrevista em meados de outubro.

Por isso, a empresa terá de atuar nas duas pontas para se reequilibrar: cortar gastos e aumentar receitas.

Um ajuste entre R\$ 6 bilhões e R\$ 8 bilhões é complexo, tendo em conta a previsão de economia de R\$ 1,4 bilhão com o programa de demissões voluntárias para 15 mil funcionários anunciado pela estatal.

Como os gastos com pessoal são a despesa que mais pesa no orçamento da companhia, o ajuste precisará passar também por um processo de recuperação de receitas sem precedentes, em um contexto de desaceleração da economia.

Segundo Fernando Antonio Soares, professor do IDP e especialista em governança corporativa, que analisou o balanço da companhia, as metas de redução de gastos divulgadas pela estatal podem levar a uma economia anual na casa de R\$ 2,4 bilhões, incluindo a redução com pessoal, via PDV, além de redução de despesas com impostos, insumos e fornecedores.

Em 2024, os Correios gastaram R\$ 11,5 bilhões com remuneração do trabalho e mais R\$ 1,82 bilhão em

despesas do INSS, totalizando R\$ 13,32 bilhões, em termos nominais. A rubrica saltou 7,1% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em um cenário de cortes de R\$ 2,4 bilhões, a empresa teria de aumentar receitas em R\$ 3,6 bilhões para conseguir fazer um ajuste de R\$ 6 bilhões. Se o equilíbrio demandar um ajuste de R\$ 8 bilhões, o aumento de receitas teria de ser ainda maior, de R\$ 5,4 bilhões, o que implicaria incremento de receitas entre 17% e 26% ante o balanço de 2024.

"Para fazer esse ajuste, em termos de receitas, não me parece que seja suficiente que os Correios façam as mesmas atividades.

A estatal vai ter de fazer alguma inovação para gerar essa receita adicional, buscar novos negócios e novos serviços", diz Soares.

"Tudo isso num contexto de conjuntura de baixo crescimento do PIB, em torno de 2%. São metas extremamente ousadas." |

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

INSS bloqueia descontos em consignados do Master

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) já bloqueou R\$ 27 milhões em valores que seriam descontados de empréstimos consignados concedidos pelo Banco Master a aposentados e pensionistas.

Os bloqueios estão sendo efetuados porque o instituto suspendeu, cautelarmente, o repasse dos valores descontados pelo banco, devido a possíveis irregularidades na concessão dos empréstimos. A suspensão foi feita em 26 de novembro e, até ontem havia gerado esse bloqueio de R\$ 27 milhões.

A decisão ocorre após o Banco Central (BC) ter decretado, em 18 de novembro, a liquidação extrajudicial do Banco Master devido à grave crise de liquidez do conglomerado e pelo comprometimento significativo da sua situação econômico-financeira, além de ter identificado "graves violações" às normas que regem o Sistema Financeiro Nacional.

O **INSS** afirma que os bloqueios são necessários para "cessar possíveis irregularidades e resguardar o interesse público, até a conclusão definitiva do processo de apuração".

A decisão foi tomada dentro do processo que apura irregularidades no acordo de cooperação técnica () celebrado entre o **INSS** e o Banco Master. Desde outubro, o banco estava impedido de oferecer crédito consignado a aposentados e pensionistas, seja por meio de desconto em folha de pagamento ou pelo cartão de crédito consignado. Contudo, os empréstimos que tinham sido contratados antes continuavam em vigor.

Segundo o **INSS**, a suspensão do Master decorre do volume expressivo de reclamações em bases oficiais e públicas. De acordo com o órgão, houve relatos de dificuldades para cancelamento, cobranças indevidas e operações não reconhecidas pelos consumidores. A apuração também viu indícios de descompasso entre práticas adotadas e os parâmetros normativos.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20251210/>

Estudo discute efeito da isenção do IR na inflação e na Selic

Um trabalho para discussão divulgado pelo Banco Central (BC) pode ajudar o mercado financeiro a lançar luz sobre uma das principais incertezas para a política monetária em 2026: estimar qual será o impacto na **inflação** da isenção de Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R\$ 5 mil e, portanto, quanto poderá influenciar o esperado ciclo de baixa da taxa Selic.

Um grupo de economistas estimou o que acontece quando o governo põe dinheiro na mão da população, usando como laboratório a liberação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) ocorrida no governo **Temer**.

O estudo constata que quem está mais apertado financeiramente usa o dinheiro para pagar dívidas e sair da situação de inadimplência. Essa desalavancagem atua na direção de reduzir as pressões inflacionárias.

Já quem está com a situação financeira mais confortável tende a aumentar o consumo e tomar mais crédito. Essa é a parte do corte de **impostos** que tenderia a pressionar a **inflação**, dificultando o trabalho do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC).

O estudo apresenta vários conjuntos de dados que podem ajudar os participantes do mercado a analisar a situação atual de diferentes formas. Alguns dados para ilustrar: quem está apertado financeiramente reduz, em média, R\$ 0,50 em dívidas para cada R\$ 1 de FGTS liberado; quem tem folga financeira, para o mesmo R\$ 1, amplia a dívida em R\$ 0,29.

O Copom disse, em sua ata de novembro, que já incluiu nas suas projeções de **inflação** uma estimativa preliminar da ampliação da isenção de Imposto de Renda, e isso não impediu que a sua projeção de **inflação** para o horizonte relevante de política monetária caísse, de 3,4% para 3,3%. Mas os dirigentes do Banco Central procuraram conter o otimismo, dizendo que o cálculo é preliminar e que, mais adiante, poderia sofrer ajustes.

A teoria econômica clássica diz que, diante de um aumento de renda temporário, as pessoas costumam poupar mais para suavizar o consumo porque saírem que, mais adiante, não terão mais esse dinheiro extra.

O gasto só costuma aumentar quando a pessoa entende que houve um aumento de renda permanente.

Fica outro complicador: cada pessoa responde de forma diferente. Quem tem mais acesso ao sistema financeiro pode poupar mais diante de um aumento temporário de renda, ou tomar um empréstimo quando a renda cai. As opções são mais limitadas para quem tem menos acesso ao mercado bancário.

Tudo isso é muito discutido na teoria econômica; o difícil é verificar como essas relações ocorrem na vida real. Esse foi o objetivo do estudo dos economistas André Brunelli (BC), Bruno Martins (BTG Pactual) e Carlos Viana de Carvalho (ex-diretor do BC, hoje na Kapitalo Investimentos).

A liberação de saldos do FGTS em 2017 para 26 milhões de trabalhadores, num volume equivalente a 0,7% do Produto Interno Bruto (**PIB**), foi o que os economistas chamam de experimento natural - como se a realidade, por um instante, se tornasse um laboratório gigante, permitindo observar como as pessoas reagem quando recebem acesso inesperado ao próprio dinheiro.

A liberação dos recursos do FGTS representa, de um lado, apenas o acesso a dinheiro que está preso - liquidez - e, portanto, não significa, sob esse ângulo, um aumento permanente de renda. Mas, de outro lado, tem um efeito riqueza: o dinheiro parado no FGTS iria perder valor, comparado com as oportunidades que os trabalhadores têm quando podem aplicar livremente os recursos em outros investimentos mais rentáveis.

O outro desafio da pesquisa era saber como diferentes indivíduos reagiram a esse ganho de liquidez e a esse efeito riqueza provocado pela liberação do dinheiro do FGTS. A solução adotada pelos pesquisadores foi cruzar os dados individuais desses pagamentos, nos dados do Ministério do Trabalho, com a base de dados também individuais do BC sobre tomada de crédito, inadimplência e pagamento de dívidas.

"Consumidores com restrição de crédito utilizaram o recurso inesperado principalmente para reduzir dívidas, melhorando a estabilidade financeira de curto prazo", afirma o estudo. "Em contraste, consumidores sem restrições ampliaram o uso de crédito

- especialmente crédito não rotativo - aumentando tanto a volatilidade do consumo quanto o risco de inadimplência."

Os economistas, nos seus cálculos, também separaram e observaram o comportamento de quem entende a liberação do saldo do FGTS apenas como um acesso à liquidez e aqueles que entendiam como um ganho permanente de renda.

A conclusão, segundo os autores, é que choques de liquidez estimulam a desalavancagem e a estabilização, enquanto ganhos de riqueza percebidos podem incentivar comportamentos financeiros mais arriscados e maior fragilidade.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20251210/>

No Brasil, 10% do topo detêm 70% da riqueza

A concentração de renda e patrimônio no Brasil, historicamente uma das maiores do mundo, aumentou nos últimos dez anos. Novos dados apontam que os 10% mais ricos ficam com 59% de toda a renda do país e 70% da riqueza. Na outra ponta, a metade mais pobre da população divide apenas 9,3% da renda e tem acesso a 2,4% do patrimônio acumulado no país.

Segundo a pesquisa do grupo do economista francês

Thomas Piketty, a diferença de renda entre os 10% mais ricos e os 50% mais pobres da população subiu de 53,7% em 2014 para 63,5% em 2024.

O 1% mais rico do país - cerca de 2,1 milhões de pessoas - concentra, sozinho, 37% do patrimônio nacional. Em termos de renda, esse grupo fica com quase 27% de tudo o que se ganha no país.

Os dados mostram por que a desigualdade brasileira persiste mesmo em períodos de geração de emprego. A renda

do trabalho não compensa a enorme distância na posse de ativos e no acesso ao capital.

Marcelo Neri, diretor da FGV Social, lembrou que, segundo estudo divulgado recentemente pelo IBGE, com base na Pnad Contínua, a desigualdade no Brasil havia voltado a cair em 2024 ao menor nível da série histórica. Ele explica que a equipe de Piketty considera a renda financeira:

-Ao incorporar a renda financeira, temos o efeito dos

juros altos, então a desigualdade é maior e apresenta trajetória distinta. E o estoque de riqueza não é só de ativos financeiros, mas também de ativos como moradia, carros, motos.

Os super-ricos escapam de pagar **impostos** em vários países, ainda mais no Brasil. Na comparação com outros quatro países -França, Holanda, Espanha e Estados Unidos -, o país amarga a situação mais crítica na taxação dos mais ricos. Ainda assim, o novo estudo mostra que ne-

nhum desses países se sai bem. Em todos, as alíquotas efetivas caem quase a zero no topo da pirâmide de renda.

Segundo o relatório, as alíquotas efetivas de Imposto de Renda (IR) aumentam gradualmente para 99% da população, mas despencam entre os ultrarricos. A queda no topo é observada em todos os países pesquisados, mas no Brasil é mais acentuada.

Para a economista Nathalie Beghin, do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc),

o sistema tributário brasileiro precisa ser mais progressivo:

-O Brasil é quase um paraíso fiscal para os super-ricos. A lei aprovada agora prevê um imposto mínimo de até 10% para eles, o que é um passo importante, mas quem do desejo, já que muitos trabalhadores pagam 27,5% do salário.

O Congresso brasileiro aprovou projeto do governo Lula que prevê a isenção de IR para quem ganha até R\$ 5 mil. Em contrapartida, os contribuintes com renda anual a partir de R\$ 600 mil pagarão uma alíquota mínima de até 10% -essa taxa sobe gradualmente e só chega a 10% para quem ganha mais de R\$ 1,2 milhão por ano. (Ca-rolina Nalin e Mayra Castro)

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Pré-sal pode trazer mais de R\$ 1 tri para União em dez anos

Fábio Couto

A União pode arrecadar mais de R\$ 1 trilhão nos próximos dez anos em royalties, participações governamentais, **tributos** e receitas adicionais que podem ser obtidos com o petróleo dos campos do pré-sal. A receita varia de R\$ 1,05 trilhão a R\$ 1,32 trilhão, a depender do cenário considerado, de acordo com projeções da Pré-Sal Petróleo (PPSA), gestora dos contratos de partilha de produção dos campos do pré-sal. Os números foram apresentados nesta terça-feira (9) pela estatal em fórum técnico, no Rio.

A arrecadação considera, entre outros fatores, a comercialização do óleo e do gás que pertencem à União. Na quinta (4), o governo arrecadou R\$ 8,8 bilhões em leilão da PPSA na B3, quando foram ofertados direitos da União sobre áreas não contratadas das jazidas compartilhadas de Mero, Tupi e Atapu, na bacia de Santos. A arrecadação ficou abaixo da projeção tida como crucial pela equipe econômica para viabilizar a meta fiscal.

No contrato de partilha de produção, o Estado brasileiro é proprietário do petróleo e gás natural produzidos em áreas do pré-sal, de modo que as petroleiras atuam como operadoras. A PPSA é a responsável pela gestão de 24 contratos no regime de partilha.

Segundo a diretora técnica da PPSA, Tabita Loureiro, a União terá para si um total de 1,4 bilhão de barris de óleo e 9 bilhões de metros cúbicos por dia (m3/dia) de gás natural a serem ofertados ao mercado entre 2026 e 2035.

As projeções da PPSA consideram três cenários: pessimista, de referência e otimista. Caso o cenário pessimista se concretize, o governo poderá levantar R\$ 1,05 trilhão em royalties, **tributos** e venda de óleo e gás. Só a comercialização dos insumos do pré-sal pode gerar, nesse cenário, R\$ 464 bilhões.

No cenário de referência, a estatal projeta uma arrecadação total de R\$ 1,21 trilhão, sendo R\$ 518 bilhões com a venda de óleo e gás entre 2026 e 2035. O otimista prevê uma receita total para a União de R\$ 1,325 trilhão, sendo R\$ 575 bilhões oriundos da comercialização de petróleo e gás.

Nos leilões dos contratos de partilha, as petroleiras disputam áreas no pré-sal. Vence as áreas quem oferecer à União o maior percentual de excedente em óleo ou gás, parcela da produção a ser repartida entre a União e a empresa vencedora. Esse excedente é comercializado em certames específicos realizados pela PPSA.

Em 2026, a estatal vai oferecer um total estimado em 106,5 milhões de barris de óleo da produção de seis áreas, diz Guilherme Pontes Galvão França, superintendente de comercialização de petróleo da PPSA. São elas: Mero, Itapu, Atapu, Sépia, Búzios e Bacalhau. França afirmou que o préedito do leilão, a ser colocado em consulta pública e avaliado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), deve ser divulgado entre março e abril. Em maio, deve ser publicado o edital definitivo. O modelo do leilão está em estudo.

No fórum, ontem, o secretário de petróleo, gás natural e biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia (MME), Renato Dutra, disse que um dos principais desafios do Brasil nos próximos anos será aumentar a oferta de novas áreas de petróleo para manter o nível de reservas e a autossuficiência na produção de óleo bruto.

Dutra destacou que as projeções oficiais apontam declínio da produção de petróleo em 2031 se nada for feito e chamou outras instituições para discutir como ampliar a perfuração de poços exploratórios: "A ampliação de áreas significa que temos que empreender esforços de todas as instituições."

Tabita Loureiro, da PPSA, acrescentou que o cenário de petróleo tende a ser mais desafiador. A PPSA projeta o barril a US\$ 58 em 2026, considerando o cenário de referência. O valor varia para baixo ou para cima em US\$ 5 no ano que vem, dependendo do cenário (pessimista ou otimista).

A volatilidade das cotações, por

sinal, deve estar presente no mercado, segundo previu a presidente da Equinor Brasil, Veronica Coelho. A empresa, disse, trabalha com fatores com os quais pode controlar, como custos e eficiência. O cenário não levará, porém, a Equinor a rever investimentos em andamento, como o desenvolvimento dos campos de

Bacalhau e de Raia, nas bacias de Santos e Campos, respectivamente.

Coelho reconheceu, no entanto, que a empresa vai fazer contas e ser cautelosa em novos projetos, a partir de 2026. "Vemos um futuro com muita volatilidade no preço. Imaginamos que o ano que vem será, muito provavelmente, mais

desafiador", afirmou.

A diretora de transição energética e sustentabilidade da Petrobras, Angélica Laureano, disse que a estatal está em busca de parceiros para crescer na produção de biocombustíveis. As parcerias, segundo Laureano, seriam para a produção de biodiesel, de etanol e de biometano. Laureano afirmou que a petroleira quer parceiros "relevantes" para o mercado de etanol, segmento no qual a empresa estuda entrar com participação minoritária em joint-ventures. A empresa quer adotar desenho semelhante para o biometano, que é o biogás com alto grau de pureza.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Para analistas, Selic deve ser mantida hoje; dúvida é quando haverá cortes

MARIANNA GUALTER BRASÍLIA

A percepção quase unânime do mercado é de que hoje, em sua última reunião do ano, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central vai manter a taxa Selic em 15%. Ao mesmo tempo, os analistas dizem que o início de um ciclo de cortes dos juros está próximo - o quão, porém, ainda não é consenso.

Conforme pesquisa do Projeções Broadcast, a maior parte das casas prevê reduções a partir de março (17 de 35). Outras 14 instituições projetam cortes em janeiro e três casas veem diminuição dos juros só em abril próximo.

Uma casa consultada vê corte de 0,25 ponto percentual já na reunião que termina hoje.

Conforme analistas, a tendência é de que essa seja mais uma reunião sem a definição do que é chamado no mercado de "forward guidance", uma orientação para o futuro. O colegiado tende a fazer apenas ajustes marginais no **comunicado** e reforçar uma postura dependente de dados e manter certa flexibilidade para as decisões seguintes, dizem economistas.

Até o início da semana passada, prevalecia entre os analistas a interpretação de que a indicação do comitê para as próximas decisões estaria atrelada ao trecho que aborda a manutenção dos juros em 15% por "período bastante prolongado".

Contudo, a leitura perdeu força depois que o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, deu a entender que uma alteração da expressão não seria necessária para o início de um ciclo de afrouxamento.

Para a diretora de macroeconomia para o Brasil do UBS GWM, Solange Srouf, a maior probabilidade é de cortes a partir de março ou abril.

Ela entende que a retirada ou manutenção do trecho não seria indicativo obrigatório para os próximos passos do colegiado.

Para Solange, caso o comitê já planeje reduzir a Selic em janeiro é possível que adicione algum recado sobre ter "parcimônia e cautela" nos próximos passos.

Já o economista-chefe da XP Investimentos, Caio Megale, diz que o colegiado deve deixar mais claro que vai se apoiar em dados recentes antes de decidir mexer ou não na taxa básica de juros. "Galípolo tem ido na direção de que (a queda do índice de **inflação**) "melhorou, mas está gradual, mais lento e menos intenso do que gostaríamos". Desde a última reunião do Copom, em novembro, a mediana do Boletim Focus, compilação de opiniões do mercado feita pelo BC, para a **inflação** de 2025 passou de 4,55% para menos do que o teto da meta (de 4,5%) pela primeira vez desde dezembro de 2024. No relatório divulgado na segunda-feira, as projeções diminuíram pela 4.^a vez consecutiva, para 4,4%.

O IPCA-15, uma prévia da **inflação** oficial, acelerou a 0,20% em novembro, ante 0,18% em outubro. A taxa acumulada em 12 meses, porém, arrefeceu de 4,94%, em outubro, para 4,50%.

Quanto à atividade econômica, o crescimento do **PIB** desacelerou de 0,3%, no segundo trimestre de 2025 (dado revisado, de 0,5%), para 0,1% no terceiro.

CAUTELA. O sócio e economista sênior da Tendências Consultoria, Silvio Campos Neto, projeta início dos cortes em janeiro, mas diz que esperar até março "não seria nada fora de questão".

Ele avalia que, desde a última reunião, houve melhora no cenário econômico - nos dados de **inflação**, na desaceleração da atividade e no sinais de algum esfriamento no mercado de trabalho, embora ele ainda siga apertado -, e vê como provável que esses avanços sejam reconhecidos, ainda que dentro de uma postura cuidadosa do comitê, com mudanças sutis.

"Ele (Copom) não vai querer transmitir uma mensagem muito clara de que, por exemplo, já em janeiro vai reduzir", diz Campos Neto. |

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Alckmin: juros devem cair em breve

O vice-presidente e ministro da Indústria, Geraldo Alckmin (PSB), afirmou que a redução da taxa básica de juros, a Selic, deve vir em breve, mas salientou que o governo Lula também precisa fazer um esforço fiscal maior. Ele concedeu entrevista ao jornalista Reinaldo Azevedo, no programa ReConversa, transmitido pelo YouTube. "Eu estou confiante na questão dos juros, porque a indústria é a mais afetada pela taxa de juros muito alta. (...) Acredito que vai começar a cair a taxa de juros; se não agora, na próxima reunião", disse, fazendo referência à reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, que ocorre nesta quarta-feira.

Ele justificou que o dólar caiu e o clima e a "supersafra" deste ano favoreceram o recuo no preço dos alimentos. "Os juros caindo, a economia floresce mais rápido", completou.

Em seguida, ele destacou os dados de desemprego e de **inflação** no país. "Nós estamos num momento importante, porque quando a **inflação** está baixa, o desemprego está alto; quando o desemprego está baixo, a **inflação** está alta. Nós estamos neste momento com 5,4% de desemprego, o menor da série histórica, e com 4,4% de **inflação**, caindo, isso é raro".

Ele ponderou: "Claro que a gente não deve ficar em berço esplêndido, não. Nós temos que fazer um esforço fiscal maior, a questão das despesas, mas eu diria que o cenário é um cenário positivo".

Por fim, ele afirmou que "muita gente" que critica a questão fiscal do atual governo não vê os déficits feitos pelo governo anterior, de Jair Bolsonaro (PL). "O governo do nosso Paulo Guedes conseguiu fazer um déficit de 9,7% [do **PIB**]", criticou. "Nós temos que começar a fazer superávit agora, para estancar o crescimento da dívida e depois ela começar a cair" (Da Agência Estado).

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/>

O lusco-fusco do Copom - FÁBIO ALVES

FÁBIO ALVES

Fábio Alves COLUNISTA DO BROADCAST

O que todo mundo quer saber, ao fim da reunião de hoje do Copom, é se o Banco Central poderá sinalizar se começará a cortar os juros em janeiro ou em março de 2026. Mas o desfecho mais provável é o mercado se agarrar - em vão - a eventuais pistas no **comunicado** que acompanhará a decisão de manter a taxa Selic em 15%: qualquer alteração no texto ou na projeção de **inflação** para o horizonte relevante da política monetária.

A estratégia do Copom, neste momento de transição para o início de um ciclo de corte de juros, parece ser a de deixar investidores e analistas num lusco-fusco, à espera de que os próximos dados de atividade e de **inflação** joguem luz sobre o momento mais apropriado para começar a afrouxar a política monetária de seu nível restritivo.

Não à toa, o presidente do BC, Gabriel Galípolo, vem minimizando o peso da sinalização dada no **comunicado** do Copom justamente nesta encruzilhada de mudança de marcha da política monetária. Na semana passada, ele alertou que, embora o mercado queira "uma seta", o Copom não vê a necessidade de ter um "código" sobre o que vai fazer. Até mesmo a sinalização de manter os juros por "um período bastante prolongado" não quer dizer mais nada, já que Galípolo avisou que "bastante não zera a cada reunião". Assim, mesmo que o **comunicado** fique igual ao da decisão anterior, dá para se fiar em qualquer recado implícito dessa sinalização ao mercado?

Pouca coisa mudou no cenário macroeconômico desde a última reunião do Copom, em novembro: a **inflação** corrente segue em queda, porém gradual; as expectativas inflacionárias melhoraram, mas pouco; a economia desacelerou, embora mais lentamente do que o BC desejaria. E o câmbio segue relativamente comportado.

Como as projeções de **inflação** do mercado ainda estão acima da meta no horizonte relevante, é preciso cautela ao Copom para dar o próximo passo.

Mesmo porque há outros eventos relevantes para a decisão de política monetária: o Federal Reserve vai cortar os juros americanos hoje e sinalizar uma pausa? Poderá haver, até o fim do ano, um aumento

forte nas remessas de dividendos e lucros ao exterior? Tudo isso afeta o câmbio, um fator importante para a **inflação**.

No fundo, está chegando a hora de o Copom começar a cortar a Selic, mas o BC quer ter um grau de flexibilidade maior para tomar essa decisão com segurança. É provável que deixe chegar mais próximo de 28 de janeiro, data da sua próxima reunião, para dizer o que vai fazer. Se até lá os dados permitirem, o BC dará "uma seta". Caso contrário, o mercado fica num nevoeiro. I

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Em dia volátil, Bolsa recua 0,13%, e dólar vai a R\$ 5,43

O mercado ontem foi marcado pela volatilidade. A Bolsa chegou a cair 1,9% logo após a abertura das negociações, enquanto o dólar beirou os R\$ 5,50, depois de o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ter confirmado sua candidatura à presidência em 2026. Mais tarde, quando o presidente da Câmara, Hugo Mot-ta (Republicanos-PB), anun-

ciou a votação da dosimetria aos condenados por tentativa de golpe de Estado, os investidores se animaram, e o Ibo-vespa encerrou em leve baixa, de 0,13%, aos 157.981 pontos, enquanto o dólar subiu 0,26%, aos R\$ 5,43.

A leitura, segundo analistas, é que a redução das penas poderia contribuir para Flávio desistir de concorrer, já que seu pai, Jair Bolsonaro, hoje preso, seria beneficiado.

- Sendo Flávio (Bolsonaro), a chance de reeleição do

atual governo é muito maior, já que a rejeição a ele é alta. Em um novo mandato (do governo atual), a chance de ajuste fiscal é pequena, e isso assusta o investidor local e externo -afirmou Ricardo Benaderet, gerente de port-fólio do Andbank.

Hoje, operadores ficarão atentos às decisões de juros nos Estados Unidos, às 16h, e no Brasil, após o encerramento do mercado. Nos EUA, é esperada uma redução de 0,25 ponto percentual, enquanto

aqui haverá uma análise do **comunicado**, em busca de um sinal sobre quando começará o ciclo de cortes. A redução dos juros americanos é favorável a economias emergentes, como o Brasil, porque leva investidores globais a procurarem mercados que ofereçam ganhos maiores.

RESILIÊNCIA DA ECONOMIA

E, em 2026, o Brasil deve ser o país que apresentará o maior corte sua taxa de juros, estima Leonardo Porto, economista-

chefe do Citi Brasil. Segundo ele, esse movimento se explica, em parte, porque o país elevou a taxa básica quando boa parte das economias globais reduzia os juros.

- Pouquíssimos países vão apresentar corte de taxa de juros, e o Brasil certamente é o que vai mais cortar taxa de juros no mundo. Uma das razões é que o Brasil subiu a taxa de juros, desde o fim do ano passado, enquanto o resto do mundo estava em um ciclo de corte -disse Porto no evento

"Macro em Perspectiva", realizado ontem em São Paulo.

Ele afirmou ainda que 2025 surpreendeu pela resiliência da economia global. O Citi projeta crescimento do **PIB** mundial de 2,8% este ano e de 2,7% em 2026, puxado, principalmente, por EUA e China.

Porto observou ainda que, globalmente, o setor de serviços, que é intensivo em mão de obra, tem crescido de forma consistente acima da indústria. Assim, quando os serviços puxam o crescimento, a demanda por trabalhadores aumenta, o mercado de trabalho se aquece e a renda avança, o que ajuda a explicar a resiliência da economia brasileira, que cresce mesmo com os juros elevados.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Novos gastos freiam cenário de inflação mais contida em 2026

Anaís Fernandes e Victor Rezende De São Paulo

A inflação de 2025 tem surpreendido para baixo, mas isso pode ter impacto limitado à frente, segundo economistas. Apesar da inércia menor, dizem, há uma série de medidas de cunho expansionista, muitas fora do resultado primário, somando cerca de R\$ 200 bilhões e jogando contra revisões para baixo mais expressivas na inflação de 2026.

A inércia - a fração da inflação de um período que é transferida aos preços do momento seguinte - menor de 2025 até tem ajudado algumas instituições financeiras a não ajustar automaticamente para cima suas projeções de inflação em 2026, apesar das revisões altistas para a atividade no ano que vem. Mas o risco, apontam, ainda seria de mais, e não menos, inflação.

Desde o início de 2025, a projeção mediana do mercado para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), inflação oficial do país, em 2025 saiu de 4,99%, chegou a quase 5,68%, mas agora está na mínima de 4,4%, segundo a pesquisa Focus, do Banco Central. Para 2026, a mediana, que superou 4,51% ao longo deste ano, agora está em 4,2%.

Só de setembro para cá, a projeção do Barclays para o IPCA em 2025 já caiu de 4,9% para 4,4%. O que causou a revisão de 0,5 ponto percentual - "que não é trivial", afirma Roberto Secemski, economista-chefe para Brasil - foi, basicamente, o comportamento da alimentação no domicílio e o de produtos industriais, na esteira da apreciação cambial. "A estimativa de inflação da alimentação no domicílio foi de 5,1% para 2,2%; a de industriais foi de 3% para 2,2%. A parte de serviços, no entanto, ficou parada em 5,9%", aponta.

A sua perspectiva para o IPCA de 2026 também permaneceu em 4,2%. "Essa inércia menor que devemos ter em 2026 por causa de um 2025 terminando inquestionavelmente mais benigno do que o esperado, não vejo essa transmissão toda acontecendo, em função, em parte, do potencial aumento de demanda", diz Secemski.

Ele mapeou ao menos dez iniciativas já implementadas pelo governo ou que aguardam implementação nos próximos meses, a maioria delas

sem passar pelo resultado primário (receitas menos despesas, exceto gastos com juros). Dos quase R\$ 225 bilhões (1,7% do PIB) em recursos potenciais que o Barclays espera que sejam injetados na economia nos próximos trimestres, R\$ 177 bilhões (ou 79%) envolvem fontes de financiamento privadas ou extraorçamentárias - ou seja, não primárias -, como linhas de crédito reforçadas por fluxos financeiros públicos.

Segundo Secemski, isso significa que focar apenas a variação do resultado primário não será mais "suficientemente informativo" sobre quão expansionistas são as políticas públicas e seus efeitos sobre a demanda e a inflação.

O programa Reforma Casa Brasil, por exemplo, libera R\$ 40 bilhões em linhas de crédito via Caixa Econômica Federal para famílias renovarem o lar, sendo R\$ 30 bilhões do Fundo Social e R\$ 10 bilhões da própria Caixa. Ainda no âmbito imobiliário, outros R\$ 30 bilhões envolvem novos recursos para expansão do Minha Casa Minha Vida (MCMV), programa para construção e aquisição de imóveis.

Apesar dos valores expressivos envolvidos em várias dessas medidas, Secemski observa que "nem todo real impulsiona a atividade econômica da mesma forma". Por exemplo: linhas de crédito para habitação podem ser disponibilizadas, mas podem não ser totalmente absorvidas pela população se os níveis de incerteza aumentarem durante o ano eleitoral e o medo do desemprego crescer, aponta o economista. Por outro lado, diz, se algumas dessas linhas forem usadas para novas moradias, os efeitos multiplicadores sobre a economia serão maiores do que recursos destinados à aquisição de unidades já existentes.

Secemski também afirma esperar que o forte desempenho mais recente do crédito consignado privado continue. Algumas das novas concessões, no entanto, podem ser usadas por trabalhadores formais para quitar linhas de crédito mais caras em vez de para alavancagem adicional, o que ainda beneficiaria sua renda disponível, mas o efeito sobre a economia seria menor, diz.

Por outro lado, outras iniciativas se aproximam mais de um "impulso na veia" para injetar liquidez em

segmentos que, provavelmente, utilizarão plenamente esses novos recursos, aponta Secemski. É o caso da ampliação da isenção do Imposto de Renda, que entrará em vigor a partir de janeiro de 2026. "Embora o projeto de lei seja supostamente neutro em termos fiscais no nível do resultado primário, ele ainda deve estimular a economia devido à maior propensão marginal a consumir das classes de baixa renda, que devem se beneficiar da isenção em aproximadamente R\$ 31 bilhões no próximo ano, em comparação com o baixo efeito adverso que pode ter sobre os padrões de consumo dos indivíduos de alta renda, cujos rendimentos financiarão a isenção."

De forma similar, diz Secemski, o programa para reformas residenciais com linhas de crédito subsidiadas pode impulsionar rapidamente a demanda por insumos de construção e móveis nos próximos trimestres. "Em suma, eu não propaguei toda a inércia menor da **inflação** em 2025 para 2026 por ter no horizonte essa série de medidas que ainda são incertas do ponto de vista de impacto na demanda."

A consultoria BRCG fala em uma "agenda não orçamentária" de R\$ 220,9 bilhões entre medidas aprovadas no governo atual com impacto sobre crédito e consumo. Desse montante, R\$ 113 bilhões dizem respeito a medidas de crédito subsidiado sem impacto primário, como o Reforma Casa Brasil.

Outros R\$ 102 bilhões estão relacionados a fundos privados, incluindo operações garantidas. "Essas formas de atuação da política fiscal fogem um pouco do radar, porque não impactam o resultado primário, que é o indicador que todo mundo olha primeiro para acompanhar o desempenho fiscal. Existe um contexto na economia brasileira hoje em que, se você olhar só para as métricas tradicionais de impulso fiscal, isso não vai dizer com precisão a contribuição do governo para a pressão inflacionária em 2026", diz Matheus Ribeiro, economista da BRCG.

Algumas das medidas expansionistas no radar também impactam a trajetória do endividamento brasileiro, observa Ribeiro, seja diretamente, via aumento do estoque da dívida, seja indiretamente, já que um fiscal mais frouxo exigiria uma política monetária mais apertada, com juros mais altos.

Em meio a esse cenário, algum efeito da inércia menor de 2025 para 2026 tem, ao menos, ajudado economistas a manterem suas estimativas para o IPCA no ano que vem, apesar das revisões altistas nas projeções de **PIB**.

O Bocom BBM revisou sua previsão de crescimento para o Brasil em 2026 para 1,7%, de 1,5%, com um IPCA em 4%. "Temos movimentos nas duas direções.

Vemos uma leitura de **inflação** corrente bem benigna, diminuindo a inércia para o ano que vem, mas, ao mesmo tempo, tem um hiato que não vai estar tão negativo quanto se esperaria em 2026 dado o grau de aperto monetário, principalmente considerando todas as medidas e políticas programadas", diz a economistachefe

Cecilia Machado.

O Itaú Unibanco também elevou sua previsão para o **PIB** em 2026 para 1,7%, de 1,5%, ao incorporar medidas fiscais e creditícias como a ampliação do MCMV, os programas Luz para Todos e Gás do Povo, entre outros. Em sentido contrário, mudanças nas regras de concessão de crédito vinculadas ao **saque-aniversário** do **FGTS** podem ter impacto negativo sobre o **PIB**. No fim, o Itaú estima um efeito potencial

positivo de 0,3 ponto percentual (p.p) com o conjunto de medidas, dos quais já incorporou 0,2 p.p. ao seu cenário-base.

Mesmo com a revisão, o Itaú manteve um viés de alta para o **PIB** em 2026, à luz da possível adoção de medidas de "caráter contracíclico", escreve a equipe liderada por Mario Mesquita. A sua expectativa de IPCA em 2026 está em 4,2%.

Leonardo Porto, economistachefe do Citi Brasil, tem uma estimativa

abaixo do consenso para a **inflação** em 2026, de 3,8%, com 1,8% de **PIB**. Seu cenário-base, no entanto, tem premissas importantes, como a de que a trajetória de médio-longo prazo esperada para a dívida/**PIB** não irá se alterar no decorrer da campanha presidencial de 2026. "Se as pessoas começarem a acreditar que a dívida vai subir de modo ainda mais forte, seria mais adverso em termos de câmbio, **inflação**", diz Porto.

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Novos gastos freiam cenário de **inflação** mais contida em 2026

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

0 Copom eo cenário eleitoral

Luiz Eduardo Portei la

Hoje teremos a última reunião do Copom do ano e o mercado vai estar atento à sinalização dos próximos passos. Após um ciclo de aperto de 450 pontos-basc (4,5 pontos percentuais), lesando a taxa Selic a 15%, patamar mais alto desde 2006. espera-se uma sinalização de que o período bastante prolongado de juros estáveis se encerre no primeiro trimestre de 2026. O tamanho do ciclo de corte de juros vai depender do cenário eleitoral, que se apresenta mais volátil devido ao lançamento da candidatura ec Flavio Bolsonaro representando a família do ex-presidente.

A fragmentação dos candidatos da direita aumenta a incerteza, elevando a volatilidade dos ativos domésticos.

A comunicação do Banco Central sobre o futuro da política monetária veio evoluindo nas últimas reuniões. Nas reuniões de junho e julho, o foco era avaliar os impactos

cumulativos após a interrupção do ciclo de alta. Em setembro, a menção à interrupção do ciclo foi removida, mas a taxa de 15% permanecia sob avaliação. Já em novembro, o comitê manifestou confiança na estratégia vigente, declarando que a manutenção do nível corrente por um período prolongado é suficiente para assegurar a convergência da **inflação** à meta. O diretor de política monetária, Nikon David, deixou claro que aumentar os juros não está mais no cenário base do BC, c que agora é entender quando será o processo de corte.

Desde a última reunião, as leituras de **inflação** foram positivas. A desinflacionista industriais e agrícolas segue se beneficiando por um câmbio mais baixo. Alguns núcleos importantes, como os serviços subjacentes, voltaram a convergir dentro da banda de sazonal idade do BC; porém, itens sensíveis ao mercado de trabalho ainda seguem desconfortáveis. As expectativas de **inflação** medidas pela pesquisa Focus recuaram para 2025 e 2026, sem alterações para os anos seguintes.

Nos dados de atividade, tivemos arrefecimento indicados pelas vendas no varejo, produção industrial e a Pesquisa Mensal de Serviços, com algumas aberturas relevantes demonstrando fraqueza. Por fim, o PIB do terceiro trimestre ficou abaixo das expectativas, mostrando alta de 0,1 % com parando os trimestres, sustentado apenas pelo PI do agro, que

subiu 0,4%. O mercado de trabalho segue bastante resiliente, com taxa de desemprego em 5,4%, mas a criação de vagas do Caged em outubro apontou um ritmo mais fraco. A desaceleração nas médias móveis trimestrais já é nítida, indicando arrefecimento à frente.

O cenário externo segue benigno. O Fed se reúne hoje para mais uma queda de juros, mesmo com um comitê dividido. A atividade vai continuar resiliente devido ao forte investimento na cadeia de

IA, a diversificação ao dólar no mundo deve seguir, garantindo assim um ambiente global de dólar fraco, beneficiando os países emergentes. O risco para o ano que vem se assemelha ao Brasil. Nos EUA, as eleições no Congresso americano vão trazer volatilidade na parte longa de juros com os cheques prometidos por Donald Tmmp para devolver à população parte dos ganhos arrecadados com o aumento das tarifas.

Em sua última fala para o mercado, Gabriel Galípolo reforçou o tom "hawk", indicando que o Copom não reage a um dado apenas e que não tivemos surpresas no cenário entre as reuniões - e que a evolução do mesmo ainda se mostra insuficiente.

Na reunião de hoje, o Copom deve reconhecer de forma mais explícita que a política monetária já opera há um período prolongado em território bem restritivo, e que a estratégia adotada desde dezembro de 2024 está

funcionando como o esperado. Nesse contexto, elevam-se as chances de uma menção aos efeitos defasados da atual política como uma forma suave de deixar a porta aberta para iniciar o ciclo como mais provável em março, mas sem fechar a porta para caso o cenário evolua muito favoravelmente até a reunião no final de janeiro.

O cenário eleitoral ao longo de 2026 vai decidir a extensão do ciclo de queda. Em caso de alternância de poder, a probabilidade de mudança da rota fiscal é muito provável, o que abriria a porta para um ciclo longo de queda, para uma Selic de volta a um dígito.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20251210/>

Investimento em clima saudável geraria ganho de trilhões no PIB global, diz Pnuma

Daniela Chiaretti

Investir na estabilidade climática, em natureza e terra saudáveis e em um planeta sem poluição pode gerar ganhos anuais de pelo menos US\$ 20 trilhões no **PIB** global até 2070. Isso depende da transformação simultânea de cinco sistemas -econômico-financeiro, de materiais e resíduos, energético, ambiental e de produção e consumo de alimentos.

Os benefícios macroeconômicos globais já apareceriam em 2050, alcançariam pelo menos US\$ 20 trilhões anuais em 2070 e a partir daí, atingiriam US\$ 100 trilhões ao ano. Isso a partir da redução dos riscos climáticos, a perda de biodiversidade e a conservação de terras e ecossistemas.

Essas são algumas das mensagens-chave do Global Environment Outlook - GEO 7 Panorama Ambiental Global), o relatório mais importante do Programa das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, o Pnuma. A sétima edição do "GEO 7: O futuro que podemos escolher" foi lançada ontem, em Nairóbi, no Quênia, onde fica a sede do Pnuma. Envolveu 287 cientistas de 82 países. A sexta edição do GEO foi lançada em 2019.

A crise climática, a perda de biodiversidade, a degradação da terra, a desertificação, a poluição e os resíduos têm causado grande impacto ao planeta, nas pessoas e nas economias, custando trilhões de dólares ao ano, lembrou Inger Andersen, diretora-executiva do Pnuma, no lançamento do GEO 7.

"O relatório apresenta argumentos muito convincentes a favor de uma abordagem que envolva toda a sociedade e todos os governos para transformar os sistemas econômico e financeiro, de materiais e resíduos, de energia e alimentos e o meio ambiente", reforçou a cientista. "Isso poderia, até 2050, evitar 9 milhões de mortes prematuras relacionadas à poluição, tirar 200 milhões de pessoas da subnutrição e 150 milhões de pessoas da pobreza extrema."

Ela deu um exemplo do estudo - se tudo seguir como está hoje, a mudança do clima reduzirá 4% do **PIB** global anual até 2050, causará muitas mortes e aumentará a migração forçada. "Isso deve servir como um alerta. Sim, há custos iniciais. Mas os danos

evitados e os retornos de longo prazo sobre os investimentos mais do que compensam o investimento necessário".

O GEO 7 lembra que, apesar dos compromissos assumidos pelos governos no Acordo de Paris, as emissões de gases-estufa aumentaram 1,5% ao ano desde 1990, atingindo um novo pico em 2024. Isso elevou a temperatura global e intensificou os impactos climáticos. O custo dos eventos climáticos extremos atribuídos às mudanças climáticas nos últimos 20 anos é estimado em US\$ 143 bilhões anuais.

O relatório diz que a estimativa é que entre 20% e 40% da área terrestre mundial esteja degradada, afetando mais de três bilhões de

pessoas. Cerca de 24 bilhões de toneladas de solo são perdidas anualmente. Espera-se que a degradação da terra continue nos níveis atuais, com o mundo perdendo terras férteis e produtivas do tamanho da Colômbia ou da Etiópia anualmente - em um momento em que a crise climática pode reduzir a disponibilidade de alimentos por pessoa em 3,4% até 2050.

Um milhão de espécies estão ameaçadas de extinção e as populações estão diminuindo. A poluição ambiental é o maior fator de risco mundial para doenças e morte prematura, com nove milhões de mortes anuais atribuídas a alguma forma de poluição. O custo econômico dos danos à saúde causados apenas pela poluição do ar foi de cerca de US\$ 8,1 trilhões em 2019 - o equivalente a 6,1% do **PIB** global. "Isso não precisa ser o futuro da humanidade", diz Inger Andersen.

A reviravolta depende de mudanças estruturais. "O caminho começa com ir além do **PIB** como medida do bem-estar econômico, usando, em vez disso, indicadores

que também acompanham a saúde humana e o capital natural", seguiu. A transição para modelos econômicos circulares de rápida descarbonização do sistema energético é ouro ponto, assim como mudanças de hábitos e padrões de consumo, dietas sustentáveis, redução de resíduos, melhores práticas agrícolas, expansão de áreas protegidas e restauração de ecossistemas degradados. Tudo isso apoiado por

mudanças comportamentais, sociais e culturais com respeito pelo conhecimento indígena e de comunidades tradicionais. "Isso parece, e de fato é, uma tarefa gigantesca, mas não há razões técnicas para que não possa ser feita", seguiu Inger Andersen.

No sistema econômico e financeiro, o relatório recomenda que se computem externalidades positivas e negativas na avaliação de bens e se eliminem gradualmente subsídios e incentivos que causam danos à natureza. No sistema de matérias e resíduos, sugere que se implemente o design circular de produtos. Menciona também, a necessidade de uma mudança de

comportamento nos padrões de consumo priorizando a circularidade dos artigos.

A transformação do sistema energético é conhecida: descarbonizar a matriz, aumentar a eficiência, promover sustentabilidade social e ambiental nas cadeias de valor de minerais críticos e enfrentar os desafios de acesso à energia. Nos sistemas alimentares, mudar para dietas saudáveis e sustentáveis e reduzir a perda e o desperdício de alimentos. No setor ambiental, acelerar a conservação e restauração da biodiversidade, apoiar a adaptação e a resiliência climática.

"Vivemos crises interconectadas", disse Robert Watson, um dos co-autores do GEO 7, ex-copresidente do IPCC e ex-conselheiro científico chefe do gabinete de política científica e tecnológica da Casa Branca. As respostas têm que ser simultânea e conjunta, nos cinco sistemas-chave, defendeu. "Esses assuntos não podem mais ser pensados como temas ambientais. São questões econômicas, de desenvolvimento, de segurança, morais e sociais".

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Grupo alvo da PF lucrou quase R\$ 2 milhões com benefícios irregulares do INSS

A Polícia Federal realizou, nesta quarta-feira (10), uma operação para desarticular uma associação criminosa especializada em fraudar benefícios assistenciais a idosos por meio do uso de documentos falsos no **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) .

O esquema atuava no interior da Bahia e foi identificado após a descoberta de um grupo de pessoas fictícias que figuravam como titulares de benefícios assistenciais destinados a idosos.

Algumas delas recebiam o pagamento irregular há mais de 15 anos.

As investigações mostraram que os documentos eram falsos, pois não constavam nos registros do Instituto de Identificação do Estado da Bahia.

"Além disso, identificou-se que os beneficiários possuíam diversas identidades falsas, a fim de obterem mais de um benefício fraudulento", informou a PF.

Policiais federais cumprem dois mandados de busca e apreensão no município de Irará (BA), visando recolher documentos, mídias e objetos que possam comprovar a prática criminosa, além de identificar patrimônio decorrente das fraudes.

Duas pessoas foram identificadas como responsáveis pelo grupo criminoso.

Elas se cadastraram como procuradoras dos beneficiários falsos, o que lhes permitia receber os valores nas instituições bancárias sem a presença dos titulares.

Também foi constatado que as procurações foram registradas no **INSS** mediante a apresentação de atestados médicos falsos, que indicavam que o suposto beneficiário não teria condições de comparecer ao **INSS** ou à agência bancária.

O prejuízo causado pelos pagamentos indevidos dos benefícios investigados chega a quase R\$ 2 milhões.

A ação conjunta da Polícia Federal e do Ministério da Previdência evitou ainda um desembolso irregular de cerca de R\$ 1,3 milhão.

Os envolvidos poderão responder pelos crimes de estelionato qualificado e associação criminosa, cujas penas, somadas, podem chegar a 10 anos de reclusão.

Site: <https://noticias.r7.com/cidades/grupo-alvo-da-pf-lucrou-quase-r-2-milhoes-com-beneficios-irregulares-do-inss-10122025/>